


ARTIGO ORIGINAL

CRIANÇAS COM TEA- TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: THE IMPORTANCE OF THE PSYCHOPEDAGOGIST IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS**

AUTORES

Elisângela Maria Pereira Santos
 Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul -
 UEMS
 0000-0002-6398-302X

DOI: 10.33872/rebesde.v3n1.e015

CONTATO

Elisângela Maria Pereira Santos
 lilysantos122@gmail.com



Copyright: este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Atribuição Creative Commons License®, que permite o uso irrestrito, distribuição, e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e fonte originais são creditados.

RESUMO

O TEA- transtorno do espectro autista é uma condição que compromete a capacidade de comunicação e a linguagem do ser humano om esse quadro. As crianças com esse transtorno têm dificuldade em perceber acontecimentos compartilhados ao seu redor, de expressar o que pensam ou sentem em diversas situações, têm dificuldades também de utilizar as palavras de acordo com o contexto, entre outras características que prejudicam seu desenvolvimento global. A área da Psicopedagogia estuda a relação entre a mente humana e aprendizagem. O profissional trabalha tentando entender dificuldades e melhorar os processos de assimilação de conhecimento e aprendizagem. O acesso à informação ajuda as pessoas que lidam com crianças com TEA, os pais, professores e familiares dessas crianças, auxiliam a conhecer melhor as características do transtorno e como lidar com ele. O trabalho visa a contribuição da mediação do psicopedagogo no ambiente inclusivo escolar. O principal objetivo do trabalho é a busca de informação para desmistificar o preconceito com relação ao tema, e ainda demonstrar que é possível conviver com crianças com TEA de maneira natural, também conhecer o papel do Psicopedagogo educacional e a sua relação prática com os educandos. A escolha do tema foi pensando em formas de contribuição para o ensino, já que atualmente o índice de transtornos tem sido mais frequente em ambientes escolares

Palavras-chave: Autismo; Psicopedagogia; Preconceito; Inclusão

ABSTRACT

ASD-autistic spectrum disorder is a condition that compromises the ability to communicate and language of human beings with this condition. Children with this disorder have difficulty perceiving shared events around them, expressing what they think or feel in different situations, they also have difficulties using words according to context, among other characteristics that hinder their overall development. The area of Psychopedagogy studies the relationship between the human mind and learning. The professional works trying to understand difficulties and improve the processes of assimilation of knowledge and learning. Access to information helps people who deal with children with ASD, parents, teachers and family members of these children, help to better understand the characteristics of the disorder and how to deal with it. The work aims at the contribution of the psychopedagogue's mediation in the inclusive school environment. The main objective of the work is the search for information to demystify the prejudice regarding the subject, and also to demonstrate that it is possible to live with children with ASD in a natural way, also to know the role of the educational Psychopedagogue and its practical relationship with the students. The choice of theme was based on thinking about ways to contribute to teaching, since the rate of disorders is currently more frequent in school environments

Keywords: Autism; Psychopedagogy; Prejudice; Inclusion

1. Introdução

A Psicopedagogia tem como objeto de estudo a aprendizagem humana, ou seja, como se dá o aprender, suas variações e os fatores implicados, como ocorrem as alterações na aprendizagem e como prevení-las, ou tratá-las, Bossa (2000).

O profissional de Psicopedagogia trabalha buscando entender dificuldades e melhorar os processos de assimilação, conhecimento e aprendizagem. Podendo atuar tanto de caráter institucional em ambientes escolares, quanto clínica em ambientes que requerem o trabalho do profissional da Psicopedagogia.

O trabalho foi elaborado visando a contribuição da mediação psicopedagógica no ambiente inclusivo da educação infantil, onde a verdadeira inclusão parte do princípio de entender o indivíduo e suas habilidades, bem como trabalhar suas potencialidades, auxiliando no ensino aprendizagem. O principal objetivo do trabalho é a busca de informação para desmistificar o preconceito com relação ao tema, e ainda demonstrar que é possível conviver com crianças com TEA de maneira natural, também conhecer o papel do Psicopedagogo educacional e a sua relação prática com os educandos

A desinformação e a ignorância acerca do assunto tornam urgente falar mais abertamente sobre o que é o autismo e quais são suas principais características, as dificuldades de comunicação e de interação social das crianças com TEA.

A escolha do tema foi a partir da observação da grande demanda atualmente de transtornos de aprendizagens que as escolas e os alunos vêm enfrentando, e também em decorrência das adversidades que os profissionais da educação enfrentam quando se deparam com esses transtornos, buscando assim contribuir com a qualidade de ensino.

2. Referencial Teórico

2.1 Autismo

Autismo é um conceito novo. Por não ter ainda uma causa específica definida, é chamado de Síndrome- conjunto de sintomas, e como em qualquer síndrome, o grau de comprometimento pode ser classificado do mais brando ao mais severo, e atinge todas as classes sociais, em todo o mundo. Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner, publicou um artigo no qual descreve uma síndrome “rara” caracterizada por vários sintomas, a qual chamou autismo. Naquela época o diagnóstico do TEA se baseava no que até hoje é considerado os três pilares do autismo: interação social, deficiência no desenvolvimento da linguagem e interesses e movimentos repetitivos (NOGUEIRA, 2007).

Em 1943, ocorreu a primeira definição de autismo como um quadro clínico, quando o médico austríaco Leo Kanner, que na época trabalhava no Hospital Johns Hopkins (em Baltimore, nos EUA). Observou cuidadosamente um grupo de crianças com idades que variavam entre 2 e 8 anos, cujo transtorno ele denominou de ‘distúrbio autístico de contato afetivo. O termo “autismo” já havia sido introduzido na psiquiatria por Ploullier, em 1906, como item descritivo do sinal clínico de isolamento (CAMARGOS et al., 2005), a descrição criteriosa de tais síndromes por Kanner permitiu a diferenciar o quadro de autismo de outros como esquizofrenia e psicoses infantis. O trabalho de Kanner foi muito importante para formar as bases da Psiquiatria da Infância nos EUA e também mundialmente (NEUMÄKER, 2003).

O autismo é atualmente entendido como uma desordem neurológica que se manifesta antes dos três anos de idade, e é quatro vezes mais prevalente em meninos do que em meninas. De acordo com centros de controle e prevenção de doenças norte-americanos, há um milhão e meio de pessoas com TEA somente nos Estados Unidos (GOMES et al., 2015).

O TEA é um transtorno de comportamento que ocorre durante o desenvolvimento na infância, tem como característica o déficit nas habilidades sociais e de comunicação, nos padrões repetitivos e restritos de comportamento e interesses. Esta síndrome pode ser tratada de acordo com o grau de comprometimento da criança, podendo ser classificada como leve, moderada ou severa (SOWA; MEULENBROEK, 2015).

2.2 O profissional psicopedagogo

O psicopedagogo é o profissional qualificado que se fundamenta na observação e na análise para identificar as dificuldades relacionadas à aprendizagem, que possibilite a orientação didática e metodológica, de acordo com as particularidades de cada aluno. A intervenção é fundamentada na orientação dos pais e ou responsáveis e auxiliar os educadores para que possam desenvolver estratégias que propiciem a aprendizagem mais efetiva e duradoura (DIAS; MENDES; OLIVEIRA, 2019).

Segundo Bossa (2011), a Psicopedagogia é uma área que busca opções para solucionar os obstáculos que impedem o processo de aprendizagem. Para autora o psicopedagogo é responsável por investigar, analisar e propor estratégias em relação às dificuldades de aprendizagem ocorridas no processo de construção de conhecimentos. Ao investigar e analisar, o mesmo busca minimizar os sintomas surgidos, compreendendo a relação que o indivíduo consegue estabelecer entre o próprio conhecimento e o modo de aprendizagem (BOSSA, 2011).

O psicopedagogo busca desempenhar atividades em torno do aluno. Incentivar no desenvolvimento cognitivo das funções executivas superiores é uma de suas atribuições, essas funções se situam na região do córtex pré-frontal do cérebro, ao estimular com tarefas e atividades o desenvolvimento dessa região fortalece a capacidade de criar do indivíduo e, conseqüentemente, atua no processo de ensino (GUIMARÃES; MEZZOMO; BERTOLDO, 2020)

2.3 Dificuldades de aprendizagem e inclusão da criança com TEA na escola

A partir da realidade individual de cada aluno com autismo, para que haja o processo inclusivo escolar contínuo e efetivo, é necessário o desenvolvimento do trabalho da sala de recursos com o profissional da AEE (Atendimento Educacional especializado). Segundo Machado (2009), o atendimento nas salas de recursos deve ser oferecido em horário contrário da sala regular,

para que o aluno possa interagir na sala de aula comum, não sendo excluído.

No ano de 2008, o MEC lançou a implantação da sala de recursos multifuncionais, com o objetivo de apoiar a organização e a oferta do atendimento educacional especializado- AEE, para a prestação de serviços complementares e suplementares aos alunos que apresentam deficiências, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação que se encontravam matriculados nas classes do ensino regular, em classes comuns, possibilitando condições de melhor e maior acesso, participação e aprendizagem oferecida (BRASIL, 2015).

De acordo com a escritora Fávero (2004), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a Educação Especial é definida como modalidade, porém a Constituição atual não faz uso de tal termo, mas sim do atendimento educacional especializado- AEE. Para que a LDBEN não seja considerada como incompatível com a Constituição, é necessário que seja de entendimento que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que oferece o atendimento educacional especializado.

Segundo Machado (2009), o professor especializado que atua na sala de AEE, trabalha para identificar e analisar as dificuldades e as habilidades apresentadas pelo aluno atendido, possibilitando para que possa elaborar um planejamento para realizar um atendimento com os recursos necessários para o desenvolvimento e aprendizado.

A sala de recursos se encontra dentro da escola inclusiva, onde é dever da mesma trabalhar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos atendidos, ou seja, a mesma vem para somar com o ensino regular, não apenas desenvolvendo atividades da sala regular, mas trabalhando as habilidades do educando.

Segundo Cunha:

“A educação nas escolas inclusivas, independentemente do grau de severidade, deve ser vivenciada individualmente na sala de recursos e na sala de ensino comum, favorecendo a sociabilidade, porque incluir é aprender junto (CUNHA, 2014, p. 32) ”.

Sendo assim, incluir é muito mais que receber, pois até para receber o educando com dificuldades, é necessário um devido preparo, ou seja, é preciso saber receber esses alunos, além da estrutura escolar adequada, é muito importante o posicionamento que oferece auxílio da comunidade escolar, sabendo que é esse que vai favorecer como suporte principal para cada passo da inclusão, tanto junto com o aluno quanto à família.

Fonseca (2014) diz que, é muito relevante, a preparação de todos agentes educacionais especializados e dos professores do ensino regular para o oferecimento de um atendimento coerente com as necessidades apresentadas na inclusão.

Para que a inclusão seja de fato uma realidade na escola é necessário à formação, preparo e dedicação de todos envolvidos na educação. Santos (2010) afirma que, a formação dos profissionais da educação para atuação do trabalho com a diversidade e inclusão é de grande importância, pois é essencial para a inclusão efetiva.

2.4 A sociedade e o preconceito com relação ao TEA

Por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, busca-se a promoção à igualdade e direitos com a finalidade de garantir a inclusão social e escolar o exercício da cidadania para todos.

Permitindo que pessoas com TEA e outras condições tenham acesso à educação, cultura, lazer, esportes, empregos, etc. Além disso, nessa Lei estão estabelecidas regras que visam proteger as pessoas com deficiência de situações discriminatórias e abusivas:

3 Art. 4º Pessoas com algum tipo de deficiência têm direito à igualdade de oportunidades como as demais, e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

4 Art. 5º Qualquer pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento degradante ou desumano.

5 Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação contra pessoa em razão de sua deficiência:

6 Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

7 § 1º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob cuidado e responsabilidade do agente.

8 § 2º Qualquer um dos crimes previstos no caput deste artigo é cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza:

9 Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Lidar com adversidades e diversidades não é fácil, mesmo diante da evolução constante a qual estamos vivendo, ainda falta muito para a aceitação do “diferente”.

Para a pessoa com alguma deficiência, sua maneira de “ser no mundo” ainda é um desafio para o acesso aos direitos básicos, acesso à inclusão. Na sociedade e na escola é sugerido a esse indivíduo que se adapte e não ao contrário. Essa adaptação é forçada através de comportamentos como: maneiras de falar, agir, ler, escrever, viver, se relacionar, se vestir, amar, e tantas outras normas sociais que impõem uma série de barreiras impedindo o exercício de sua cidadania e bem-estar social. Deve-se destacar ainda que estas pessoas enfrentam inúmeras dificuldades que não são aliviadas pela sociedade ou a escola, segundo Ribas, 1985, página 13:

Vivemos, assim, em sociedades em que os homens são socialmente desiguais. São sociedades problemáticas, com profundas divisões entre classes sociais. Muito mais crítica do que a divisão entre deficientes e não deficientes, a divisão estrutural entre classes permeia todas as demais divisões. Se a sociedade está dividida pela base entre ricos e pobres, empresários e trabalhadores assalariados, e, por extensão, ideologicamente, entre superiores e inferiores, melhores e piores, estas divisões vão acabar por permear todas as outras (Ribas, 1985, p. 13).

A autora ressalta que, por concentrar-se em suas próprias ideias, as pessoas preconceituosas impossibilitam a obtenção de conhecimento a respeito do objeto, o que poderia fazê-las repensar

suas posturas, excedendo um julgamento provisório (Silva, 2006, p. 426). Na perspectiva de um sujeito preconceituoso, as diferenças apresentadas por uma pessoa com deficiência são compreendidas como falta, carência ou impossibilidade. Entende-se que o combate ao preconceito contra as pessoas com deficiência perpassa pela reorganização social, visto que na presente conjuntura compreende-se o sujeito dentro de uma normalidade e discrimina todos os sujeitos que não se adequam a ela. Enfatiza-se que o preconceito não é uma atitude particular do indivíduo, como argumenta Silva: “O preconceito emerge como um comportamento pessoal, porém não pode ser atribuído apenas ao indivíduo, posto que não se restringe a exercer uma função irracional da personalidade” (Silva, 2006, p. 426). Neste sentido, afirma-se a necessidade de uma reflexão junto à sociedade acerca do papel coletivo frente à tentativa de desconstruir o modelo de sujeito preestabelecido e construído ao longo tempo.

3. Métodos

O procedimento metodológico foi realizado através de pesquisa bibliográfica na internet, a partir de documentários, artigos, monografias e livros digitais.

4. Considerações finais

Enquanto educadora na rede de Ensino Básico, é notável a quantidade de autistas presentes nas escolas, e o quanto é importante o acompanhamento da equipe escolar para seu desenvolvimento e inclusão no espaço escolar.

As dificuldades muitas vezes são sintomas de que algo não vai bem, podendo ser identificado e até amenizado pelo educador, contando com o apoio do psicopedagogo.

O autismo está cada vez mais presente em nossas escolas, é necessário o acolhimento, é importante que os profissionais estejam cada vez mais preparados para cuidar dos alunos com necessidades especiais.

Inclusão é a nossa capacidade o de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós, conviver com a diversidade que é tão presente em nossa sociedade. A educação inclusiva deve acolher e atender todas as pessoas, sem exceção. Inclusão é

estar com, é interagir com o outro sem preconceito, sem reservas.

A escola precisa estar sempre fazendo adaptações físicas, precisa também oferecer atendimento educacional especializado, de preferência no mesmo local.

O objetivo do psicopedagogo é entender e analisar o processo que leva o ser humano a assimilar e construir o conhecimento de forma inclusiva. Esse profissional trabalha com os processos de aprendizagem, assim como, as dificuldades e limitações, decifrando a origem da dificuldade apresentada, que pode ser social, física e mesmo emocional.

O papel do psicopedagogo é de mediar a relação do estudante autista com a escola e o professor, estar atualizado para proporcionar aos alunos o melhor desenvolvimento possível.

Referências

- BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideais e práticas pedagógicas**. 2ª ed. RJ: Wak Editora, 2013.
- DIAS, Brenda E.; MENDES, Iranilda F.; OLIVEIRA, Silvana Paula Z.; Andrezza Emily C. **O papel do psicopedagogo no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem e suas causas**. Trabalho de Conclusão (Especialização Psicopedagogia e Educação Especial). Centro de Educação. IDAAM Educação Superior, 2019; 35p.
- FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- FONSECA, V. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Revista Psicopedagogia**, v. 31, n. 96, 2014.
- GOMES P. T. M., et al. **Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping**

strategies. *Jornal de Pediatria*, v. 91, n.2, p. 111-121, 2015.

GUIMARÃES, A. A.; MEZZOMO, C. L.; BERTOLDO, J. V. Contribuições interdisciplinares de psicopedagogia e fonoaudiologia na potencialização de funções executivas superiores em crianças com transtornos de aprendizagem. **Revista Educação e Linguagem**, v. 9, n. 16, 2020.

NEUMÄRKER, K. J. Leo Kanner: his years in Berlin, 1906-24: the roots of autistic disorder. **History of Psychiatry**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 205-218, 2003.

NOGUEIRA, Tânia. **Um novo olhar sobre o mundo oculto do autismo**. Revista Época. São Paulo: Editora Globo, nº 473, p. 76-85. Jun. 2007.

OLIVEIRA, Marta. K. Vygotsky: **Aprendizado e Desenvolvimento**: um Processo Sócio- Histórico. São Paulo: Scipione, 2005.

SOWA, M.; MEULENBROEK, R. **Research in Autism Spectrum Disorders Effects of physical exercise on Autism Spectrum Disorders: A meta-analysis**. *Research in Autism Spectrum Disorders*, v.6, n.1, p.46-57, 2015

Como citar este artigo:

SANTOS, E. M. P. Crianças com TEA – Transtorno do espectro autista: a importância do psicopedagogo no processo ensino aprendizagem. REBESDE. v. 3, n. 1, 2022.